



66 123



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 140229-9

Apelante: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Apelado: Antônio Bezerra de Lima

2
5470

EMENTA: AÇÃO REVISIONAL DO VALOR DA RENDA MENSAL INICIAL DO AUXÍLIO-ACIDENTE NO PERCENTUAL DE 60% (SESSENTA POR CENTO) - RECONHECIMENTO EXPRESSO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA NO TOCANTE AO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO DO APELADO EM VALOR INCORRETO - ÍNDICES APLICADOS EM PERFEITA CONSONÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO INFORTUNÍSTICA PERTINENTE A MATÉRIA - INEXISTÊNCIA DE DESREIPEITO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL - LIMITAÇÃO DA MÉDIA DOS DOZE ÚLTIMOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO AO TETO MÁXIMO DE CONTRIBUIÇÃO À ÉPOCA. REEXAME IMPROVIDO E APELO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

1 - Proposta ação com o fito de obter revisão de benefício previdenciário, relação de trato sucessivo e natureza alimentar.

2 - Presunção *iuris tantum* da veracidade a que é atribuída aos cálculos elaborados pelo Contador Público.

3 - Diante do reconhecimento do próprio INSS de que vem pagando o benefício do apelado em valor incorreto, acertada a decisão pela procedência da ação revisional proposta, devendo ser preservada a sentença em sua integralidade.

4 - Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0140229-9, Acordam os Desembargadores que integram a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de julgamento do dia 03 / 12 / 2009, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 03 / 12 / 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 140229-9

Apelante: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Apelado: Antônio Bezerra de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível e reexame necessário manejados em face da sentença que em sede de Ação Acidentária Revisional julgou procedente a ação.

O autor, ora apelado, está em benefício de auxílio acidente. Ele exercia a função de arrumador e recebia salário variável, e por isso faz jus a um salário de contribuição a ser calculado pela média aritmética dos 12 (doze) maiores salários de contribuição imediatamente anteriores ao acidente.

Está recebendo um auxílio acidente de 60 % (sessenta por cento) como benefício e veio requerer a revisão pois o valor que ganha é menor do que lhe é devido.

Na audiência inicial o INSS arguiu exceção de incompetência alegando que a vara de acidentes não tem competência para julgar o presente feito e no mérito declarou que não há prova nos autos que comprove o alegado pelo beneficiário, e que a autarquia teve seu direito de defesa cerceado vez que não foi dada oportunidade para indicação de assistente técnico, pois os cálculos já tinham sido apresentados pelo contador judicial, e ao final requereu a improcedência da ação.

O processo foi suspenso, oportunizando ao autor a responder aos termos da exceção.

A exceção de incompetência foi julgada improcedente e determinou-se a tramitação do feito.

Encaminharam-se os autos ao contador judicial que elaborou os cálculos de fls. 34/35.

À fl. 40, em audiência, a autarquia apresentou sua contestação e juntou quatro documentos, respondeu que os cálculos de fls. 34/35 estão incorretos, e que na data da implantação do benefício, em 01/02/1993, não caberia mais a equivalência salarial, e que a correção em cima dos doze maiores salários encontrados não é permitido conforme a Contadoria do INSS.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

No final vem concordar com o pedido de revisão, desde que seja obedecido os valores e as planilhas por eles apresentadas, uma vez que são as corretas.

Os autos foram encaminhados ao Contador Judicial, que prestou informações e elaborou cálculos juntados às fls. 48/51.

Houve pronunciamento por ambas as partes.

Por despacho, remeteu-se novamente os autos ao contador Judicial para que fossem prestados novos esclarecimentos.

As alegações finais foram apresentadas às fls. 103v e 105 pelo autor e réu, respectivamente.

Em sentença prolatada às fls. 107/111, o juízo de 1º Grau julgou a ação procedente, acatando os cálculos do Contador Judicial, limitando a média dos 12 últimos salários de contribuição ao teto máximo de contribuição que era no valor de Cz\$ 511.900,00 (quinhentos e onze mil e novecentos cruzados), conforme o Dec. 97.152/88 que deverá ser atualizado até a competência 02/93 pelos critérios informados na planilha de fl. 50 do contador Judicial, calculando-se o percentual de 60 % (sessenta por cento) e posteriormente reajustando o benefício até a competência atual, com a aplicação dos índices de reajustamento da previdência social.

Determinou que as diferenças das prestações anteriores à data da implantação do valor correto do benefício, deverão ser apuradas com base na renda mensal inicial, devidamente corrigidas e com juros de mora.

Em peça apelatória, vem o INSS alegar que a sentença está equivocada no que se refere a Renda Mensal Inicial pois o contador usou a lei 6899/91 e que conforme entendimento do STJ, que pela Súmula 148 diz: "Os débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei 6899/91, devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista nesse diploma legal".

Os cálculos apresentados pela autarquia é que informam corretamente a legislação que deve ser aplicada (fls. 43 a 46 e fls. 75 a 93).

Vem acatar que de fato existe uma diferença em favor do beneficiário, que concordam com o pedido de revisão, porém que os cálculos sejam embasados pela planilha por eles apresentada.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Trazem também, *ad cautelam*, para fins de eventual interposição de recursos especial e extraordinário, como pré-questionamento de matéria de direito a ilegalidade do critério usado para reajuste da correção monetária que será aplicado às parcelas atrasadas.

A apelante alega que o critério determinado pelo juízo *a quo* para o pagamento das parcelas atrasadas é absolutamente contrário à lei, uma vez que foi dito que o pagamento será pelo valor mais recente, sem aplicar a correção monetária devida sobre débitos judiciais estabelecida pela Lei 6899/81.

Substituindo a correção por outro critério, a sentença não apenas desrespeitou lei federal, mas o próprio dispositivo constitucional de obrigatoriedade de aplicação da Lei Federal, conforme o art. 105, III, "a", da CF.

Requerem o provimento do recurso, reformando a sentença em todo o seu teor, concedendo a revisão e os cálculos das parcelas atrasadas nos termos apresentados em sua peça contestatória e que seja acatado os cálculos feitos nas planilhas juntadas aos autos feitas pela autarquia.

Nas contrarrazões apresentadas, enfatiza o apelado que não merece prosperar o inconformismo do apelante, pois o juízo *a quo*, ao determinar a implantação do benefício com o valor do salário atualizado com aplicação dos índices legais pertinentes à matéria agiu em consonância com a legislação vigente e requer o não provimento do recurso.

Nesta Instância Superior, o ilustre representante do *Parquet*, ofertou seu judicioso parecer, opinando pelo não provimento do apelo, mantendo-se a sentença vergastada por todos os seus fundamentos fáticos e de direito.

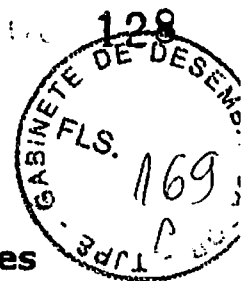
É o relatório. À Revisão.

Recife, 16 / 11 / 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL



APELAÇÃO CÍVEL Nº 140229-9

Apelante: INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Apelado: Antônio Bezerra de Lima

VOTO-MÉRITO

Antônio Bezerra de Lima ingressou com Ação Revisional contra o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, argüindo que, no exercício de suas atividades laborativas, sofreu um acidente de trabalho, advindo seqüelas, tendo a autarquia previdenciária lhe concedido um auxílio-acidente no percentual de 60% (sessenta por cento), porém a renda mensal desse benefício fora implantada em valor inferior ao que fazia jus.

Na peça contestatória acostada às fls. 41/42 aos autos, o INSS reconhece que a renda mensal inicial do benefício acidentário concedido ao autor/apelado fora calculada de forma incorreta, juntando planilha de cálculos a qual informa os valores que o autor deveria ter percebido.

Nas razões do apelo, o INSS expressamente consigna: "que existe uma diferença em favor do apelado não se discute, tanto isso é verdade, que em nossa contestação já concordamos com a revisão pleiteada ..." (fl. 118).

Diante do reconhecimento do próprio INSS de que vem pagando o benefício do autor/apelado em valor incorreto, acertada foi a decisão pela procedência da ação revisional proposta, devendo ser preservada a sentença em sua integralidade.

A autarquia declara que fez a média aritmética dos salários de contribuição sem corrigi-los e que depois atualizou o valor com aplicação de diversas portarias, dificultando a identificação dos índices que foram aplicados.

Na prolatação da sentença de fls. 107/111, o juízo de 1º Grau deixou registrado passo a passo como deve ser feito os cálculos do beneficiário, ora apelado, senão vejamos:

"O autor exercia a função de arrumador e recebia salário variável, devendo seu salário de contribuição ser calculado pela média aritmética dos 12 maiores



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

salários de contribuição imediatamente anteriores ao acidente, de acordo com o art. 5º, § 4º da Lei nº 6367/76, vigente à época. Esses salários deverão ser devidamente corrigidos de acordo com o que determina o art. 201, § 3º, da Constituição Federal, e o art. 33, do Decreto nº 3048, de 06.05.99, com aplicação da correção monetária, Lei nº 6899/81, evitando-se prejuízo ao obreiro. Calculado o valor do salário de contribuição esse será atualizado até a data da implantação do benefício, utilizando-se a equivalência salarial até dezembro/91. Deve ser ressaltado que o critério da equivalência salarial foi utilizado antes da implantação do benefício, não merecendo acolhimento a alegação do INSS de que esse critério não se aplica aos benefícios concedidos posteriormente à promulgação da Constituição Federal/88, já que o contador judicial não reajustou o benefício concedido ao autor utilizando critério do art. 58 do ADCT, e sim atualizou o salário de contribuição mantendo o poder aquisitivo da moeda".

Em derradeiro, acatou os cálculos do contador, limitando a média dos 12 últimos salários de contribuição ao teto máximo de contribuição, aplicando as legislações pertinentes, decretando corretamente o modo da apuração das diferenças das prestações anteriores à data da implantação do valor correto do benefício.

Os critérios adotados para o reajuste do benefício do apelado foram decretados em absoluta harmonia com a legislação pertinente a matéria aqui guerreada.

Em face da presunção *iuris tantum* da veracidade a que é atribuída aos cálculos elaborados pelo Contador Público e entendendo que os critérios adotados pelo juízo "a quo" estão em consonância com a legislação adequada a ser adotada no caso em tela, e, não vislumbrando qualquer desrespeito a dispositivo constitucional, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário.

Recife, 03/12/2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto



Reexame necessário e apelação cível nº 140229-9 - Comarca do Recife

Remetente: Juízo da Vara de Acidentes do Trabalho.

Apelante: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Apelado: Antônio Bezerra de Lima.

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de reexame necessário e apelação cível em face de decisão que julgou procedente o pleito autoral, reconhecendo o direito do apelado à revisão da renda mensal inicial do auxílio-acidente a ele concedido, em função de acidente de trabalho.

Primeiramente, observo que o apelante impugnou os cálculos apresentados pelo contador judicial, mas reconheceu que a renda mensal inicial do benefício fora implantada com valor menor que o devido, juntando planilha de cálculos às fls. 43/46, e indicando o valor de R\$ 2.568,71 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos), como correspondente à competência de julho/02.

Da análise dos autos, observo que a sentença de fls. 107/111 registra minuciosamente como devem ser feitos os cálculos do benefício do apelado, acatando, por fim, os cálculos do contador judicial.

Desta feita, em face da presunção relativa de veracidade dos cálculos apresentados pelo contador judicial, além da sua compatibilidade com a legislação disciplinadora da matéria, concluo pelo acerto do *decisum* ora vergastado na fixação do valor da renda mensal inicial do benefício.

Feitas estas considerações, nego provimento ao presente reexame necessário, devendo a decisão ora atacada ser mantida em sua integralidade, restando prejudicado o apelo.

É como voto.

Recife, 3 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Revisor